

## UMA ANÁLISE SOBRE O CONTEXTO DE FORMULAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL E SUA TRAJETÓRIA NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

*Aline Nunes da Cunha de Medeiros*

Resumo: O presente artigo busca analisar o contexto de formulação do Programa Mulheres Mil em âmbito nacional e sua trajetória no Instituto Federal Sul-rio-grandense. A educação, na perspectiva aqui adotada, está associada a uma estratégia político-ideológica da globalização em busca de manter o controle da pobreza. Este estudo se insere na perspectiva metodológica qualitativa de cunho histórico-social. Para compor a metodologia foram utilizados documentos (decretos, leis, cartilha e relatórios), bem como a análise de uma revista produzida no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Este trabalho se apoia na abordagem do Ciclo de Políticas formulada pelo sociólogo britânico Stephen Ball que elaborou um método para pensar como as políticas são formuladas e implementadas em diferentes contextos. Segundo o autor, a abordagem do Ciclo de Políticas inclui cinco contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de texto, o contexto da prática, o contexto dos resultados/efeitos e o contexto de estratégia política.

Palavras- Chave: Políticas Públicas, educação, mulheres

### **1.1 O contexto político brasileiro e o papel da mulher: implicações nas políticas públicas**

Uma reflexão sobre política pública exige astúcia, pois múltiplos fatores agem na sua formulação. Portanto, ao pensar as políticas é preciso compreender as intenções que movem os diferentes grupos, as concepções ideológicas, os interesses econômicos e sociais envolvidos.

De acordo com Jenny Ozga (2000), não há uma definição única de política, encarando-a como um processo que envolve contestação e negociação entre diferentes grupos. Seu posicionamento frente à noção de política implica um viés de contestação, discussão e não como algo imposto e pronto para ser consumido por uma população. Sendo assim, não há uma única e irrefutável definição de política. Alguns entendem por política as ações de um

governo que visam à consecução de determinados objetivos. Mas a grande finalidade da formulação das políticas deve ser a de torná-la acessível à comunidade, possibilitando um projeto democrático de educação, contribuindo para a democracia, uma vez que constitui um conjunto de cidadãos informados e ativos.

O Brasil está a quase duas décadas sendo comandado por um governo de esquerda. Independente dos juízos de valor, durante esse período inúmeros projetos sociais foram implementados, os quais, na grande maioria, tiveram continuidade na gestão que o sucedeu. Várias críticas foram impingidas ao governo, principalmente em relação ao uso de recursos públicos a projetos sociais. Os argumentos da oposição frisavam que as ações tinham caráter assistencialistas, compensatórias, focalizadas, fragmentadas e ineficientes, na medida em que, os efeitos das políticas somente minimizavam os problemas, mas não provocavam mudanças substanciais na vida dos sujeitos. Entremeado nesse contexto, está o Programa Mulheres Mil, que emerge em 2007 e ganha projeção nacional em 2011, deslocando-se de um objetivo inicial de qualificar 1000 mulheres para a meta de 100.000,00 em 2014, no Governo Dilma Rousseff.

O fato de uma brasileira ocupar o maior posto na política representou um acontecimento inédito e de grande efeito<sup>1</sup>. O posicionamento da presidenta em relação às dificuldades vivenciadas pelas mulheres tornou-se explícito em várias ações de seu governo<sup>2</sup>. A justificativa para um maior engajamento em relação às causas femininas pode estar vinculada à consciência desses enfrentamentos.

Em diversos pronunciamentos oficiais, a Presidenta Dilma Rousseff, salientou a necessidade de formulação de políticas para as mulheres, apresentando informações que diziam respeito à realidade brasileira, tais como, o crescente aumento das mulheres como chefes de família, as desigualdades no mercado de trabalho, tanto no aspecto de inserção, como no de retribuição aos serviços prestados e, também, a preocupação em torno dos crimes praticados contra o gênero feminino e a necessidade de um endurecimento quanto à punição,

---

<sup>1</sup>Uma das marcas do governo Dilma Rousseff, se inscreveu, na forma de um pedido quanto ao termo de tratamento adotado pelos cidadãos a líder política, - “Presidenta” a “Presidente”-, reforçando, através da expressão, a questão de gênero, conferindo destaque para o papel da mulher na sociedade.

<sup>2</sup> O Governo de Luis Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores, sancionou em 2004, no seu primeiro mandato, a Lei 10.836, que criou o Bolsa Família. O texto estipulou que o titular do benefício seria preferencialmente a mulher. Esse programa destinava transferência de renda com condicionalidades a famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza. Outro programa que recebeu grande destaque no Brasil, foi o Minha Casa, Minha Vida, introduzido em 2009, pela Lei nº 11.977, no segundo mandato do presidente Lula. Esse programa também dava prioridade de atendimento as famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Dando continuidade aos projetos sociais desenvolvidos no governo petista, a presidenta Dilma Rousseff, acrescentou, através da Lei 12.693, em 2012, um artigo no Programa Minha Casa, Minha Vida, que determinava que em caso de divórcio ou dissolução de união estável, a propriedade da casa financiada ficaria com a mulher. Essas medidas manifestaram uma intenção de empoderamento às mulheres.

em caso de violência contra as mulheres. A seguir, um discurso proferido em cadeia nacional, em alusão ao Dia Internacional da Mulher:

Não é exagerado dizer que cada mulher ainda tem algo a dever a si mesma, e cada homem tem algo a dever à mulher que está a seu lado. Nós, mulheres, vamos continuar em dívida com a gente mesmo se aceitarmos passivamente certa herança negativa que ainda temos sobre os ombros. Cada homem vai continuar em dívida consigo mesmo se não olhar com igualdade, com respeito e com amor sua mulher, sua mãe, sua irmã ou sua filha. A luta pela valorização da mulher é, portanto, um dever de todos: brasileiras e brasileiros de todas as classes, de todos os credos, de todas as raças e de todas as regiões do país (Trecho do pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff, 8/03/2012).

O século XX, representou um período de vitórias em torno da emancipação política, econômica e social feminina. A sociedade brasileira, atrelada às influências mundiais, também foi palco de mudanças em suas relações sociais. Mas, a transição de uma sociedade machista e patriarcal, que reservava a mulher somente a esfera privada, restringindo-a ao cuidado com os filhos e com o marido, para uma sociedade menos desigual, como a atual, não ocorreu de forma pacífica. O direito ao voto, o ingresso nas universidades, a inserção no mercado de trabalho, o controle sobre o corpo, a participação política e a presença na esfera pública, representam alguns dos direitos conquistados nas lutas femininas ao longo da história. No entanto, essas conquistas não se aplicaram a todas as sociedades, pois ainda há países em que as mulheres vivem em situação de submissão e desrespeito.

No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto no ano de 1932. Contudo, a participação feminina como porta-vozes na política, continuou bastante restrita. Ainda hoje, assuntos relacionados à política encontram-se atrelados ao campo masculino. Mas, a escolha de uma representante como líder da nação, despertou uma potência, pois serviu de estímulo à participação política, contribuindo como incentivo para um aumento do número de mulheres na ocupação de cargos públicos, além de confirmar que o poder também emana do gênero feminino.

A fim de garantir a governabilidade e a conquista de eleitores, faz parte do jogo político incorporar, nas propostas de governo, ações que atendam as demandas da sociedade. A formulação de um programa social representa, para além das benesses, também uma poderosa ferramenta de marketing político, uma vez que deixa em evidência “as boas intenções” do governo. Sabe-se, que uma imagem positiva, pode atrair simpatizantes e garantir em uma eleição a permanência no poder. A pesquisadora Maria Malta Campos (2003) faz um alerta para o risco de abordar a questão social numa perspectiva distorcida da política moderna, refletindo sobre as três grandes perversões da política: a confusão da política com o

bom sentimento, o gosto pela política espetáculo e a simplificação dos problemas. Em relação à dimensão da política como espetáculo, Maria Malta Campos põem sob suspeita o trabalho investido em torno da exposição do programa e a efetividade da política.

As proporções adquiridas por essa divulgação muitas vezes não guardam correspondência com o impacto real dos projetos na população que se quer atingir, mas o impacto público do que se noticia cumpre a função de proclamar os bons sentimentos e dar a ilusão de que os problemas estão sendo enfrentados de alguma forma. (CAMPOS, 2003, p.184).

O Governo Dilma Rousseff, durante a campanha de reeleição, em 2014, tinha como uma das suas principais bandeiras eleitorais, o Pronatec 2.0 (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que previa, até 2018, a realização de 12 milhões de matrículas. Cabe ressaltar, que o programa abrangia desde jovens, à procura do primeiro emprego, a adultos. Esse programa se assentou em duas modalidades: cursos técnicos, para estudantes que cursaram ou concluíram o Ensino Médio, com duração que variava entre 800 horas e 1200 horas e cursos de Qualificação Profissional (Formação Inicial e Continuada) com duração de 3 a 6 meses, com carga horária mínima de 160 horas e máxima de 400 horas. Os cursos voltavam-se a qualificações específicas para o ingresso no mercado de trabalho, buscando formar mão de obra e contribuir para a economia do país. As instituições responsáveis pela formação envolviam desde os institutos federais, o Sistema S (Senai, Senac, Senat e Senar) e, a partir de 2013, instituições privadas. Nesse mesmo ano, o Programa Mulheres Mil foi incorporado ao Pronatec, usufruindo também da ‘Bolsa Formação’.

Desde 2011, quando surgiu o Pronatec, o programa enfrentou duros questionamentos, oriundos de intelectuais, pesquisadores, políticos e servidores em educação, que compreendiam que o desemprego era algo estrutural, dependente, inclusive, das oscilações e determinações internacionais, portanto, envolviam fatores complexos (terceirização e flexibilização nas relações de trabalho) que não se restringiam apenas a qualificação. Acreditava-se que um período limitado de formação seria insuficiente para a garantia do emprego. Outras críticas recaíam sobre o repasse de milhões de reais a iniciativa privada e a falta de controle do Estado em relação à qualidade dos cursos oferecidos pelas instituições, fazendo aumentar as dúvidas sobre a importância do programa.

O contexto da crise econômica e política pela qual imergiu o Brasil, em 2015, provocou nesse período uma redução do número de vagas pactuadas para o Pronatec. Todavia, no início deste ano, a presidenta comunicou em rede nacional a continuidade do programa e a meta de atender 2.000,000,00 de matrículas em 2016. Recentemente, o programa passou por

avaliações e foram definidas algumas mudanças, as quais preveem um maior controle da instituição sobre o egresso e sua inserção no mercado de trabalho. Outra preocupação se deu em relação ao índice de evasão nos cursos, instituindo um critério de tolerância de 15% para as instituições que ofereciam cursos do Pronatec.

### **1.1. Os Primeiros Passos do Programa Mulheres Mil**

O Programa Mulheres Mil nasceu através de uma parceria cooperativa com o Sistema de Faculdades e Institutos Canadenses, iniciando como projeto piloto em 2007, atendendo treze campus da região Norte e Nordeste, que apresentavam elevado índice de exclusão social. Diante do impacto positivo do projeto, em 2011, passa a ser um programa nacional. Conforme o art.1º e 2º da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher;

Esse programa tem por objetivo promover o desenvolvimento educacional, social e econômico das mulheres, contribuindo para o atendimento das políticas de gênero, de equidade, de inclusão e de ações afirmativas, em favor da diminuição dos problemas sociais e da erradicação da miséria no país.

O público alvo é composto, exclusivamente, por mulheres que enfrentam uma situação de vulnerabilidade social. Destinado a mulheres acima de 16 anos, a formação representa uma possibilidade de elevação da escolaridade, na medida em que as estudantes são estimuladas a prosseguirem os estudos, através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos ou ingressando em cursos técnicos e superiores dos Institutos Federais e Universidades.

Nesse sentido, o Programa Mulheres Mil foi pensado como um instrumento de acesso ao ensino profissional e técnico, para gerar empoderamento às mulheres, em razão do reconhecimento de direitos pelas cidadãs, contribuindo para uma mudança social. Vislumbrava-se, que através da formação, as mulheres poderiam atuar como agentes transformadoras de si, no lar e na comunidade em geral.

Sobre a configuração do Programa Mulheres Mil, tem-se que a organização é composta por dois núcleos: comum e específico, em que a carga horária de cada um, corresponde a 50%. Os componentes curriculares da grade do núcleo comum têm relação com

a área das humanidades, numa perspectiva social e cidadã. Entre as disciplinas ofertadas nesse núcleo, estão: Mapa da Vida, Portfólio, Cidadania, Direitos da Mulher, Saúde da Mulher, História de Vida, Sustentabilidade, Empreendedorismo, entre outras. A parte específica reserva-se aos conhecimentos e práticas privativas da área profissional.

Inicialmente, os cursos do Programa Mulheres Mil ofereciam formação nas áreas de turismo, alimentos, artesanato, saúde, processamento de alimentos e pesca e corte e costura. A partir de 2013, quando se incorpora ao Pronatec, ampliam-se as opções de curso.

O caminho para a divulgação e incentivo ao programa se deu através do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de educação Profissional e Tecnológica, que convocou, por meio da primeira chamada pública MEC/SETEC-01/2011, os Institutos Federais, para que apresentassem propostas de adesão ao programa Mulheres Mil- Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Os institutos que tivessem propostas selecionadas deveriam assinar um termo de cooperação técnica. Entre as metas de 2011, estava a que previa a implantação de 100 novos núcleos de desenvolvimento do Programa nos institutos federais. Concomitante ao envio das propostas, a reitoria, deveria indicar o nome de dois servidores do instituto, os quais passariam por capacitação, em Brasília, com a finalidade de conhecer e implantar a metodologia do Programa Mulheres Mil. Os servidores seriam os responsáveis pela gestão do Programa.

De acordo com a 1º Chamada Pública MEC/Setec-01/2011, estava previsto a capacitação de 200 servidores federais, sendo que cada instituto indicaria dois servidores. Dentre as metas para o ano de 2011, estava a efetivação de 10.000 matrículas, correspondendo a 100 matrículas por Núcleo. Ainda de acordo com o documento, a indicação da adesão dos campus seria via reitoria de cada instituto federal, respeitado o número de projetos que poderiam ser aprovados, em relação ao quantitativo de unidades existentes em cada instituto. Havendo empate entre as propostas, o critério de desempate levaria em consideração o campus que estivesse localizado em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Número de projetos a serem aprovados em relação ao quantitativo de unidades existentes em cada IF	
Distribuição de números de unidades por IFs:	Projetos possíveis:
16 a 25 unidades	05

10 a 15 unidades	04
07 a 09 unidades	03
Até 06 unidades	02

Em relação aos recursos financeiros, cada campus iria contar com um total de R\$ 100.000,00 reais, distribuídos da seguinte forma: compra de uniforme R\$ 8.000,00, auxílio financeiro às estudantes R\$ 70.000,00, compra de material utilizado para execução dos cursos R\$ 10.000,00, compra de equipamentos para execução dos cursos e estruturação do escritório de acesso R\$ 12.000,00.

## **1.2. Um olhar sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal Sul-rio-grandense**

No âmbito do IFSul, o único campus a enviar proposta de interesse ao Programa Mulheres Mil, em 2011, foi o campus de Venâncio Aires. A partir de um levantamento realizado nas edições da revista Posteiro<sup>3</sup>, foi possível encontrar matérias que davam conta do surgimento do Programa Mulheres Mil no instituto. Cabe ressaltar, que o vínculo do programa se deu com a Pró-reitoria de Extensão e Cultura, o qual se mantém ainda hoje.

O campus Venâncio Aires é a primeira escola do IFSul a implantar o Mulheres Mil, programa do governo federal que amplia as chances de mulheres em situação de vulnerabilidade social de terem acesso à Educação profissional, ao emprego e a renda. Vinte e quatro alunas compareceram à aula de estreia, realizada no dia 19 de abril. Conforme a direção do campus, as estudantes, juntamente com os professores, construíram as bases dos módulos de ensino. Na primeira etapa, foram conhecidas as diferentes realidades do grupo. O objetivo é trabalhar com a diversidade, estimulando a discussão e o debate sobre temas que serão necessários para a vida profissional e pessoal. (Revista Posteiro, 05 de maio de 2012).

O pioneirismo do campus Venâncio Aires representou um dado importante, mas, o principal destaque se faz sobre o cuidado da equipe técnica com a recepção do grupo e o comprometimento em atender os anseios das alunas. A manchete traz a ideia da construção coletiva, fortalecendo os laços de identidade e pertencimento, fazendo com que as estudantes

<sup>3</sup>A Revista Posteiro é um material produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social do Instituto Federal Sul-rio-grandense desde o ano de 2006. Em seus exemplares é possível acompanhar notícias referentes a todos os Campi. Através da página do Instituto é disponibilizada uma versão digital para downloads da revista. Sobre a circulação deste material, inicialmente havia uma produção mensal de exemplares e edições especiais. A partir de 2013, ocorreram mudanças e sua circulação passou a ser trimestral.

se sentissem responsáveis por sua formação.

Entre os anos de 2012 e 2015, foram muitos cursos promovidos pelo Programa Mulheres Mil, no âmbito do IFSul, entre os quais: Almoхарife, Assistente de Crédito e Cobrança, Assistente Financeiro, Auxiliar Administrativo, Aplicadora de Revestimento Cerâmico, Artesão de Pintura e Tecidos, Cartonageiro à Mão, Contador de Histórias, Costureiro, Costureiro Industrial do Vestuário, Cuidador de Idosos, Cuidador Infantil, Empregada Doméstica, Gestão de Resíduos Sólidos, Manicure e Pedicure, Pedreiro de Alvenaria, Pintor de Obras, Produtor Agropecuário, Recepcionista e Vendedor, entre outros. Entre os cursos citados, o de cuidador de idosos e o de cuidador infantil foram os mais ofertados nos campus.

Após esse panorama, destaca-se, que no ano de 2014, todos os campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense realizaram cursos do Programa Mulheres Mil. De acordo com o Relatório de Gestão do Exercício de 2014, do IFSul, o documento faz um levantamento sobre o número de concluintes do Programa Mulheres Mil e aponta para o baixo índice de evasão do programa. Outra diferença ressaltada no texto se dá em relação à finalidade do Pronatec e do Programa Mulheres Mil, enquanto o primeiro qualificava, o último promovia uma extensão ainda maior.

O Pronatec prepara pessoas, qualificando-as para o mundo do trabalho. Já o Programa Mulheres Mil, atende mulheres em situação de vulnerabilidade social e emocional, colocando-as no mercado de trabalho. Com aproveitamento de 90% das matriculas, o Mulheres Mil teve 475 mulheres concluintes em várias áreas. (Relatório de Gestão de Exercício de 2014 do IFSul, p.27, 2015).

Salienta-se, contudo, que as políticas implementadas pelos Institutos Federais estão diretamente articuladas com as prioridades da educação em âmbito nacional, que, por sua vez, sofrem influências dos ditames das agências internacionais. Em razão disso, é preciso atenção sobre o alcance do ideal neoliberal e seus efeitos na esfera educacional.

### **1.3 O alinhamento do Programa Mulheres Mil com as orientações das Agências Multilaterais no combate à pobreza**

O neoliberalismo aparece como uma tecnologia de governo que traz em seu bojo três princípios norteadores: qualidade, performatividade e competitividade. De acordo com Teodoro (2011), a década de 1990, representa um momento ímpar em relação às políticas de educação que passam a ocupar um lugar central na agenda da globalização neoliberal. As duas últimas décadas do século XX, revelam-se como um período de articulação de agências

multilaterais que visam à qualidade da educação, buscando atender, principalmente, países emergentes que convivem com sérios problemas de desenvolvimento e que representam um entrave para as atividades comerciais dos países desenvolvidos.

Entre as pautas das políticas educativas neoliberais, circulam os seguintes interesses: qualidade da educação, a difusão do protagonismo do setor privado, a disseminação de conceitos, tais como, o de competência e eficiência, além da ênfase na avaliação e prestação de contas, entre outras. No entanto, as orientações advindas dos organismos e agências multilaterais não são neutras e desprovidas de intenções.

Os encontros internacionais promovidos pelas nações constituem espaços de compartilhamento de valores, conseqüentemente, esses ideais são divulgados e disseminados através das alianças que se formam em torno da educação, tendo por objetivo reduzir a extrema pobreza e garantir um mínimo de conhecimento para os sujeitos que farão parte do mercado de trabalho, portanto, indispensável para a engrenagem da economia. Segundo Libâneo (2012) os relatórios indicam que o financiamento dos bancos deve centrar em programas de alívio à pobreza e à redução da exclusão, como condição para o aumento da produtividade em função da ótica do liberalismo econômico.

Ao analisarmos as políticas educacionais emergentes no Brasil, percebe-se que as determinações das agências internacionais foram decisivas para a consolidação das principais regulamentações que regem a educação no país, tais como: Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Decreto n.6094/07 que institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação<sup>4</sup>, além de programas como o Pronatec.

Ao fazermos um paralelo entre os objetivos do Programa Mulheres Mil e as metas 7 e 8, do projeto Metas Educativas 2021<sup>5</sup> – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros, em dezembro de 2010, entendemos que esse programa nacional está vinculado aos objetivos das respectivas metas, uma vez que

---

<sup>4</sup>Segundo Dulce Maria Voss (2012) a Política Compromisso Todos pela Educação resulta da aliança do governo federal com o setor empresarial nacional, no intuito de inserir as políticas educacionais brasileiras nos movimentos mundiais das reformas. A educação é vista como um caminho que promove o desenvolvimento social e econômico e é capaz de qualificar nosso país para o jogo de disputas e concorrência do mercado global.

<sup>5</sup>O Projeto Metas Educativas 2021 definiu 11 metas gerais a serem atingidas até o bicentenário da independência dos países latino-americanos. Além da meta geral, o projeto apresenta metas específicas que esmiúçam os objetivos. Por exemplo, a meta nº 8 que visa a oferecer a todas as pessoas a oportunidade de educação ao longo da vida, traz como metas específicas: garantir o acesso à educação para jovens e adultos que vivem em condições menos favorecidas e com maiores necessidades e aumentar a participação de jovens e adultos em programas de formação continuada, presenciais e a distância. Outro destaque em relação ao projeto, se dá na previsão de um Fundo Internacional Solidário para a coesão educativa, no qual países com mais recursos apoiariam aqueles que têm mais dificuldade para alcançar os resultados pretendidos e estipulados no prazo.

também pleiteia favorecer a conexão entre a educação e o emprego através da educação técnico profissional e oferecer a todas as pessoas a oportunidade de educação ao longo da vida.

A Organização das Nações Unidas promoveu, em setembro de 2000, uma Assembleia do Milênio, e desse debate resultou na aprovação da Declaração do Milênio. Esse documento consolidou várias metas formuladas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90 e estabeleceu um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo- os chamados Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM<sup>6</sup>).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que contou com a participação de 191 países, compôs um documento que incluiu 8 objetivos gerais, 18 metas e 48 indicadores. A formulação deste documento veio selar um compromisso das nações para o combate a extrema pobreza. O ano de 2015 foi definido como o ano base para atingir os resultados. Entre os valores e princípios da declaração, consta o objetivo terceiro, que promove a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, vindo ao encontro dos objetivos do Programa Mulheres Mil. Portanto, ao pensar na elaboração do Programa Mulheres Mil<sup>7</sup> compreendemos que esse projeto está diretamente relacionado com às metas definidas em âmbito internacional.

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM). Essa nova etapa suscitou divergência quanto ao novo rumo tomado pelo Programa. O dilema se deu em relação ao encetamento de recursos, uma vez que, os profissionais que atuavam no programa, antes de 2014, não recebiam nenhuma remuneração pelos trabalhos prestados, atuando em regime de voluntariado. Com a injeção de recursos, muitos indivíduos que não demonstravam interesse, passaram a concorrer pelas vagas. Havia um grande temor quanto a descaracterização das intenções que moviam o programa e de corromper-se ao viés do capital.

O trabalho de José Ronaldo da Silva e Ermmy Rêgo (2015) estabeleceu uma análise das políticas públicas voltadas para as mulheres em vulnerabilidade, com foco no Programa Mulheres Mil. Os autores identificaram a potencialidade do programa como política pública

---

<sup>6</sup>Os ODM contemplam temas como erradicação da pobreza, fome e analfabetismo, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental. Estes temas estão relacionados ao Desenvolvimento Humano Sustentável e ao combatê-los poderá surtir uma melhoria na condição de vida de todos os seres humanos.

<sup>7</sup>O interesse em investigar o Programa Mulheres Mil surgiu com a minha participação enquanto Coordenadora Adjunta do Pronatec, no campus Avançado Jaguarão, no ano de 2014. Nesse período foram ofertados dois cursos: Ajudante de Obras (Pronatec) e Pintor de Obras (Mulheres Mil/Pronatec). O curso Pintor de Obras ofereceu 30 vagas e ocorreu de outubro a dezembro de 2014, totalizando 200 horas de formação.

educacional em termos de resgate da autoestima, da valorização dos conhecimentos prévios e saberes cotidianos. Também salientaram o caráter inovador da metodologia<sup>8</sup> do Programa Mulheres Mil, que é apontada como grande destaque para se atingir o êxito. No entanto, os autores reforçaram que esse momento de transição do “modus operandi” do Mulheres Mil com o “modus operandi” do Pronatec poderia ser afetado ou distorcido com a hibridização de bases ideológicas e epistemológicas.

Os pesquisadores José Ronaldo da Silva e Ermmy Rêgo indicam duas hipóteses que merecem ser analisadas futuramente: a primeira supõe que o Pronatec e toda a sua previsão orçamentária poderia interferir negativamente nas bases ideológicas do Programa Mulheres Mil, pela supremacia do capital sobre o voluntarismo, e, a segunda, refere-se à expectativa de uma provável melhora quali-quantitativa no atendimento às mulheres das comunidades, em termos de alcance social. De acordo com os autores, somente o tempo e a realização de novas pesquisas poderão responder acerca dos efeitos da incorporação do Programa Mulheres Mil ao Pronatec.

#### *Considerações Finais:*

Como resultado provisório, identificamos nos documentos um estímulo a elevação da escolaridade e a consolidação de um espaço de socialização e de troca de experiências. Outros fatores também corroboraram para uma boa impressão do programa, tais como a descoberta de direitos e o incentivo à autonomia, representando uma importante ferramenta de inclusão, trazendo impacto na atuação destas mulheres em suas comunidades locais e como multiplicadoras de saberes.

Conclui-se, que o Programa Mulheres Mil representou um marco dentro do Instituto Federal Sul-rio-grandense, pois passou a atender uma parcela da população que dificilmente seria atingida se não houvesse o programa. O contato dos docentes com esse público exigiu uma outra dinâmica, uma vez que algumas estudantes estavam a muito tempo afastadas da educação formal. A troca de saberes e o compartilhamento de aprendizagens entre alunas e docentes também representaram momentos singulares, pois exigiam dos professores um olhar mais humano, que extrapola o ensinamento de conteúdos.

Mas, apesar dos benefícios despertados pelo programa, recaem algumas dúvidas em

---

<sup>8</sup>A Metodologia usada no Programa Mulheres Mil é a ARAP- Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia. Essa avaliação faz parte de um processo que prevê: Identificar, documentar, provar e reconhecer (validar) o que um indivíduo sabe e pode fazer. Partindo dessa concepção, há uma cartilha que orienta os profissionais que atuarão nos cursos, principalmente, aqueles que irão trabalhar com Portfólio e Mapa da vida, componentes curriculares que demonstram os conhecimentos e saberes que as alunas detêm.

relação a sua efetividade, dentre as quais, destacamos: Após o término do curso, o que de fato modifica na vida dos sujeitos? Há elevação de escolaridade? A empregabilidade das mulheres aumenta ao término da formação? Quais foram os efeitos produzidos no instituto a partir da experiência com o Programa Mulheres Mil? O Programa Mulheres Mil realmente inclui ou se trata de uma inclusão precária?

Essas provocações não têm a intenção de diminuir a importância do programa, mas de despertar reflexões sobre estratégias que devem ser somadas para que o Programa Mulheres Mil obtenha ainda mais êxito.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Lei 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

BRASIL. Lei Nº10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.2004.

BRASIL. Portaria Nº1.015 de 21 de julho de 2011. Publicada no DOU em 22 jul. 2011. P. 38. Seção1.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação e políticas de combate à pobreza.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2003, nº24, p.182-191, set/dez de 2003.

Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito. Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:[file:///C:/Users/alinededeiros/Downloads/08.01.13\\_Guia-metodologico-mulheres-mil%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/alinededeiros/Downloads/08.01.13_Guia-metodologico-mulheres-mil%20(1).pdf) Acesso em 01 de dez.2015.

Libâneo, José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais e políticas para a escola: elementos para uma análise pedagógico-política de orientações curriculares para o ensino fundamental. In:XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, UNICAMP -Campinas, 2012.

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8597-chamada-publica-mm-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8597-chamada-publica-mm-pdf&Itemid=30192) Acesso 3 de janeiro de 2016

(<http://mulheresdafronteira.blogspot.com.br/?spref=fb>) Acessado em 02 de jan.2016.

Metas Educativas 2021. A educação que queremos para a geração dos bicentenários. Disponível em: [www.oei.es/metas2021/metas2021\\_português.pdf](http://www.oei.es/metas2021/metas2021_português.pdf) Acessado em 03 de janeiro de 2016.

**Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos da inclusão**, Brasília,2011.

Os objetivos de desenvolvimento do milênio. Disponível em: [www.pnud.org.br/adm.aspx](http://www.pnud.org.br/adm.aspx)  
Acessado em 03 de janeiro de 2016.

OZGA, Jenny. **Investigação sobre Políticas Educacionais**. Porto Editora, 2000.

PALÁCIO DO PLANALTO. Pronunciamento à Nação da Presidenta da República Dilma Rousseff em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião ao Dia Internacional da Mulher,08/03/2012.<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-oplanalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher> Acessado em 13 de janeiro de 2016.

Relatório de Gestão do Exercício de 2014 do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Pelotas, IFSUL, março de 2015. p.208

Revista Posteiro. **Especial-Região da Fronteira: Escola Técnica Federal na fronteira forma técnicos com dupla certificação**. Pelotas, IFSUL, dez/2012. p. 01-16

Revista Posteiro. Desfazendo Mitos: Projeto Mostra que a Matemática não é um bicho de sete cabeças. Pelotas, IFSUL, maio/2012. p. 01-16

Rosa, Stela. **Mulheres Mil: do sonho à realidade**. Ministério da Educação. Brasília,DF,2011.

Silva, José Ronaldo Ribeiro; Rêgo, Ermmy Coelho. **Políticas Públicas para mulheres em vulnerabilidade social: o caso do Programa Mulheres Mil**.In:VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2015.

Teodoro, António. **A Educação Em Tempos de Globalização Neoliberal - os Novos Modos de Regulação das Políticas Educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2011.

Voss, Dulce Maria da Silva. Tese: Os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação na gestão do Plano de Ações Articuladas(PAR) e seus efeitos: Um estudo de caso no município de Pinheiro Machado. Pelotas: UFPEL, 2012. 163p.Tese(Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.